

# 1

## A escola como objeto de estudo

Neste capítulo quero pontuar minhas principais perspectivas, apresentando o ponto de vista utilizado para a análise dos dados, além de, justificar as escolhas feitas. Para analisar os fatores intraescolares da escola selecionada e compreender como estes influenciam o desempenho dos alunos, entendo que preciso definir sobre qual escola estou falando. Assim, estruturo este capítulo partindo da definição do que é escola e de qual é sua função para sociedade hoje, para só, então, debater qualidade de ensino e bom desempenho dos alunos. Sobre estes aspectos apresento a concepção de qualidade adotada e os principais eixos reguladores e seus indicadores.

Duas linhas de estudos me levaram a escolher a escola como objeto de investigação. O primeiro são os trabalhos da sociologia dos estabelecimentos escolares, que em sua construção histórica vem mostrando a necessidade da escola ser reconhecida como um objeto de estudo científico por constituir autonomia e cultura própria. E segundo, os estudos sobre escolas eficazes, que ao se apropriarem de dados estatísticos tem comprovado o peso de uma série de fatores intraescolares sobre o bom desempenho dos alunos.

### 1.1. O que é escola?

Rui Canário, pesquisador português, que se dedica a estudar a escola, considera que para defini-la é necessário analisar três eixos distintos que a constituem: a forma escolar, a organização escolar e a instituição escolar. Segundo o autor a escola é “*uma forma, é uma organização e é uma instituição*” (2002).

Entende-se por *forma escolar* a dimensão pedagógica, a maneira como a educação escolar é concebida, seus métodos, e conteúdos. Define que o saber pode ser transmitido, revelado e acumulado. Esta forma confere a escola o monopólio educativo, desvalorizando outras formas de saberes.

A *organização da escola* compreende as relações professor com a turma, pois a construção do saber é organizada no coletivo. Define a organização

específica do tempo, dos espaços e das disciplinas. A forma organizacional da escola condiciona a ação e pode desestimular o pensamento crítico.

Tanto a forma, quanto à organização da escola, tornaram-se hegemônicas, pois passaram por um processo de naturalização, dificultando e não legitimando novas alternativas de ensinar.

Canário (2002) conclui que a escola é também uma instituição que a partir de um conjunto de valores tornou-se uma “*fábrica de cidadãos*”. Ressalta que, historicamente, a escola tem um papel de unificadora cultural e política.

Com esta análise o autor chama a atenção para os estudos de cada uma destas dimensões da escola, a fim de compreender seus mecanismos de funcionamento, ativação e de mudanças.

Diante desta complexidade do que é escola, Antônio Nóvoa (1992) propõe uma análise sobre as concepções de educação ao longo dos anos e suas influências em definir a escola. Resumidamente, mostra que a educação atravessou desde os anos 50 diferentes fases, desde a individualização do ensino ao ensino das massas, da desvalorização dos saberes escolares a ênfase a racionalidade técnica e eficácia do ensino.

Segundo Nóvoa (1992), a nova atenção concebida às organizações escolares não é apenas uma reivindicação política, técnica, ou administrativa é uma questão científica e pedagógica. Justifica-se a necessidade de uma pedagogia centrada na escola, para constituí-la autônoma e foco de pesquisas.

Portanto, ao definirmos a escola devemos nos preocupar com uma abordagem ampla, conceituando-a como um sistema complexo de comportamentos humanos organizados. A escola é resultado da ação de seus diferentes atores que vivem em um ambiente social onde se estabelecem diferentes formas de relações, que vão além das relações ensino-aprendizagem. Quando se entende a escola como uma organização social, as relações se multiplicam, assim como as particularidades de um estabelecimento para o outro, sugerindo que façamos uma análise da escola como objeto científico de estudo.

## **1.2. Por que estudar a escola?**

Considerar a escola como um objeto de estudo, sugere que a analisemos como um sistema social. E como todo sistema, a escola precisa gerar um

equilíbrio interno, que garanta seu funcionamento, necessitando para isso adotar mecanismos de regulação. Qualquer mudança que se queira promover neste sistema exige uma seleção de novos instrumentos de organização, a fim de que o todo, que é a escola, funcione de forma eficaz. Não adianta promover mudanças sem que a estrutura central permaneça a mesma impossibilitando ações inovadoras. Para Canário (2002) a chamada crise na escola pode ser entendida como uma patologia que desequilibra o sistema escolar, em busca de novos mecanismos de regulação.

Para que os estudos sobre escola façam sentido e não se tornem estudos empíricos isolados deve haver uma base teórica densa, sem que se esqueça a análise contextual do objeto. No campo da sociologia da educação, emerge a sociologia das organizações escolares, que durante sua consolidação teórica e metodológica passou por diferentes abordagens até chegar às análises mais atuais.

Segundo Mafra (2003), os estudos da sociologia dos estabelecimentos escolares começaram no final dos anos 60 a fim de explicar as relações entre as desigualdades na sociedade e os processos de ensino que ocorriam dentro da escola com alunos de diferentes classes sociais. Muito impactados pelas idéias de Marx e Bourdieu, diversos trabalhos sociológicos trouxeram a marca de uma militância política apoiados na teoria crítica e na idéia de que a escola reproduz as desigualdades sociais.

Outra abordagem, dos estudos sobre escola, só se deu por volta dos anos 70. Por meio de métodos quantitativos e qualitativos se buscava saber se a escola e os professores causavam algum impacto no desenvolvimento das crianças. Inspirados pela preocupação com a racionalização e a eficácia dos sistemas escolares, os estudos objetivavam alcançar a melhorias das escolas em termos de funcionamento e gestão.

Porém, neste período, os estudos sobre os estabelecimentos escolares apresentaram conclusões contraditórias e, por estarem presos ao paradigma normativo, levantaram dúvidas sobre sua importância como um campo de pesquisa.

Citando os estudos de Forquin (1993), Mafra lembra que somente nos anos 1980 este campo de estudo ganhou novo impulso, com o uso das abordagens etnográficas na pesquisa educacional. Enquanto as pesquisas quantitativas sugeriam que a vida escolar produzia pouca diferença no desempenho dos estudantes, os estudos etnográficos baseados nas

experiências vividas, nas representações e nas percepções dos alunos, revelavam que a vivência escolar era extremamente importante para eles.

A difusão dos métodos qualitativos na sociologia dos estabelecimentos escolares se deu nos anos 90, com a explosão de número das pesquisas sobre o cotidiano escolar (Mafra, 2003), justificadas pela necessidade de se examinar mais de perto as práticas dos autores e o sentido das alternativas organizacionais e pedagógicas nas escolas, a fim de nortear possíveis reformas educacionais.

Dentro desta trajetória da pesquisa sobre os estabelecimentos de ensino foi possível analisar os resultados mais significativos, os limites e os avanços possibilitados por cada momento histórico. Inicialmente, na abordagem funcionalista, que predominou entre os anos de 1960 e 1970, os estudos sobre o tema baseavam-se em duas preocupações: uma de procurar efeitos agregados dos estabelecimentos de ensino nos resultados escolares dos alunos; outra de buscar compreender a estrutura organizacional e as relações interpessoais, vivenciadas em diferentes tipos de escolas. Um dos marcos desta época foi à publicação do relatório Coleman, em 1966, que concluía que a escola fazia pouca ou nenhuma diferença na vida de um aluno. Tal relatório baseava-se em dados estatísticos obtidos na aplicação de testes de conhecimento em 645 mil alunos de 400 escolas norte-americanas. Reforçando este estudo, diversos autores ingleses e americanos afirmavam que as influências do lar tinham peso muito maior que as escolas, sobre o desempenho dos alunos.

Apesar do pessimismo, existiam ainda grandes discordâncias sobre o papel da escola na vida dos alunos e de sua influência no comportamento e no desempenho dos alunos. Pesquisadores que questionavam a metodologia adotada pelos estudos quantitativos realizaram pesquisas adotando múltiplas variáveis para tentar avaliar os efeitos escolares sobre a vida dos alunos. Acabaram por concluir que a diferença fundamental entre as escolas estaria na forma pela qual a escola funciona como organização social, surgindo o termo *ethos* escolar, como um conjunto de valores, atitudes e comportamentos que fornece identidade particular à escola e caracteriza as diferenças (Mafra, 2003; Brooke & Soares, 2008).

Porém, a escola ainda era vista como uma instituição prestadora de serviços para sociedade e, portanto, não podia ter autonomia ou ser compreendida como uma organização social única e complexa. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, os estudos da sociologia dos estabelecimentos escolares começam a ganhar uma nova abordagem, agora

sociocultural, entendendo que as escolas não podem ser analisadas fora do tempo e do lugar onde atuam, pois expressam um lento processo de construção social e cultural. Mafra (2003) escreve que se as escolas, por um lado, cumprem funções sociais determinadas, por outro são moldadas pelos personagens que a compõem, suas vivências, suas realizações, seus sonhos e possibilidades.

Os estudos, então, passam a adotar uma dimensão cultural, sendo destacados os trabalhos sobre cultura organizacional (Nóvoa, 1992; Torres, 2005) e clima escolar (Brunet, 1992; Barroso, 2005; Bressoux, 2003). O *clima escolar* pode ser caracterizado por aspectos interpessoais e subjetivos das experiências escolares vivenciadas na escola e que influenciam no bom funcionamento da instituição. Já o conceito de *cultura organizacional*, agrega duas perspectivas, a do sistema e do ator, pois percebe a escola como um sistema de ação coletiva em que se articulam os comportamentos dos seus atores com sua autonomia relativa. Estas abordagens não examinam a escola como uma organização sustentada pela racionalidade científica ou, apenas, pela busca de sua eficácia, mas buscam integrar os níveis *macro*, *meso* e *micro*. A escola ganha uma totalidade sistêmica, dotada de arbitrariedade e autonomia.

Mafra (2003) conclui sua análise afirmando que a partir da substituição de uma visão compacta, uniforme, homogênea e generalista da escola, para uma visão histórica, multidimensional, pluralista, baseada no *ethos* da escola, pode-se considerar como um avanço nas dimensões teórico-metodológicas da Sociologia dos estabelecimentos escolares.

Partindo desta análise procuro justificar o interesse pelos processos internos da instituição escola e sua adoção como objeto científico de estudo.

### **1.3. Para que serve a escola?**

No Brasil, nas últimas décadas o acesso a escola vem se ampliando garantindo a expansão da escolarização principalmente pela universalização do ensino fundamental e a rápida oferta de educação infantil e ensino médio (Mello & Atié, 2003; Dourado, 2007a). No início do século XXI, a maioria das crianças em idade escolar encontra-se matriculada nas escolas.

Porém, a democratização do ensino não se dá, apenas, pela garantia de acesso a escola. É preciso garantir a permanência da criança na escola e contribuir para formação de sua cidadania, através de uma aprendizagem mais

significativa. Hoje, o grande desafio da educação é a melhoria da qualidade de ensino, quando se substituiu a liberdade de ensino pelo direito de aprender (Mello & Atié, 2003). Todavia, para se definir uma educação de qualidade não basta, apenas, se estabelecer um ranking entre as escolas, de quem aprova ou reprova mais, tem maior ou menor índice de evasão escolar. É preciso, antes de tudo, se pensar para que serve a escola? Que tipo de educação é função da escola desenvolver? E, a partir daí, chegar no conceito de educação de qualidade e escola de bom desempenho.

Partindo da idéia de que educação é uma prática social, constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas e que se dá por um processo de socialização da cultura (Dourado, 2007b), a escola pode ser concebida como o local privilegiado de apropriação e, também, construção de saberes, através das relações que se constituem.

Para Forquin (1993), educação é um processo de transmissão cultural, de um patrimônio de conhecimentos e de competências, de instituições de valores e de símbolos, constituídos ao longo de gerações e característicos de uma comunidade humana particular. Segundo o autor, o que se transmite pela educação nos institui como sujeitos, nos precede e nos ultrapassa, entendendo isto como cultura. Caberia à escola transmitir parte desta herança coletiva justificada pela necessidade de perpetuar as experiências humanas e suas culturas.

Aproximando estas duas idéias, uma com enfoque mais sociológico e outra, mais antropológico, entre o social e o cultural, é que quero entender a escola. Não, apenas, como uma instituição que reproduz os conhecimentos e as formas culturais, mas, que tem, também, sua autonomia para construção e reconstrução dos saberes.

Assim, retomando a questão da qualidade, uma escola será eficaz quando garantir aos seus alunos o domínio destes saberes sociais e culturais, permitindo com isso sua socialização e exercício de sua cidadania. Então, seria esta a função da escola?

Michael Young (2007) sugere que todo pai e todo professor deveriam fazer a pergunta: “Para que servem as escolas?”, pois como avaliar o desempenho de uma escola ou de um aluno, se não se sabe o que esperar dela? Para o autor, independente das críticas que a escola vem sofrendo, desde 1970, por alguns sociólogos e educadores (Althusser, Bowles & Gintis, Willis, Ivan Illich) que associam o papel da escola a legitimação da sociedade capitalista e a ampliação das desigualdades sociais, sem as escolas cada

geração teria que começar do zero ou, como as sociedades que existiram antes das escolas, permanecer praticamente inalterada durante séculos. Young afirma que por várias razões diferentes, a questão do conhecimento e o papel das escolas na sua aquisição têm sido negligenciados, tanto por aqueles que tomam decisões no campo político, quanto pelos pesquisadores educacionais, especialmente os sociólogos da educação. Afirma que é possível articular as questões de democracia e justiça social com a idéia de que as escolas devem promover a aquisição do conhecimento.

Ao pensar para que servem a escolas é preciso, também, se desvincular do conjunto de idéias neoliberais que vieram a dominar a economia, o governo e, indiretamente, a educação, nos últimos anos. Uma destas idéias seria a tentativa de adequar os resultados das escolas as chamadas “necessidades da economia”, na qual as escolas são tratadas como quase-mercado, que se concentram no produto entregue, nos resultados, prestando pouca atenção ao processo ou ao conteúdo do que é entregue.

Na tentativa de definir os fins da escolarização e com isso buscar as melhores formas de análise da qualidade da escola, acredito que o melhor é levar em conta as condições intra e extraescolares, os aspectos culturais dos alunos e da instituição, os recursos disponíveis e os resultados obtidos, sem descartar nenhum dos enfoques. Pois se de um lado, o objetivo primordial da educação não pode ser, apenas, a transmissão de conhecimento em diferentes áreas específicas, também, não pode ter seus conteúdos definidos pelo mercado, e muito menos viver a margem deste. Não pode, também, buscar resultados sem definir currículos significativos de acordo com o que se espera da escola, mas pode se apropriar destes resultados para identificar critérios de maior ou menor eficácia que ajudem a escola a ter qualidade.

#### **1.4. O que é qualidade de ensino?**

Dourado (2007a) constata que apesar da constante preocupação com a qualidade da educação, poucos são os avanços no diagnóstico sobre as causas e soluções. Esta dificuldade pode estar nas diferentes concepções de qualidade que acompanham os estudos e as políticas educacionais. Identifico, com a ajuda dos estudos de Dourado (2007a,b), Franco et al (2007) e Mello & Atié (2003), alguns interesses e estratégias diferenciadas em relação a promoção da qualidade da educação.

Primeiro, os organismos multilaterais (Unesco, Banco Mundial, OCDE, Unicef) que vinculam qualidade com a medição, o rendimento e a necessidade da escola passar por programas de avaliação da aprendizagem. Acabam por relacionar insumos (input), com resultados, dando ênfase a descentralização e apontando a importância de dotar a escola com recursos tecnológicos, ampliar a capacitação docente e melhorar a infra-estrutura.

O segundo grupo são pesquisadores que enfatizam a conexão entre gestão democrática e autonomia das escolas (Paro, 2007; Gadotti & Romão, 2004). Tais pesquisas relacionam qualidade de ensino com o papel emancipatório, cultural e intelectual da educação. Paro critica o uso de dados estatísticos, que segundo ele só medem a quantidade de informações dos alunos e os índices de aprovação, deixando de identificar as questões democráticas e culturais ligadas ao papel da educação.

O terceiro grupo de interesses, é formado pelos estudos das escolas eficazes (Nóvoa, 1992, Franco & Bonamino, 2005; Brooke & Soares, 2008) que englobam aspectos objetivos e subjetivos da organização escolar para definir a qualidade do ensino. Este conjunto de pesquisas revela que:

*“uma educação de qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados, pedagógica, técnica e politicamente, no processo educativo, em que pesem, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdades socioeconômicas e culturais dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação”.* (DOURADO, 2007a)

Soares (2004), no entanto, faz uma diferenciação entre os estudos de escolas eficazes, afirmando que na literatura americana e inglesa se faz uso de duas nomenclaturas para identificar esta linha de pesquisa. Na primeira, os autores descrevem seus objetos como *school effectiveness research* (pesquisas de eficácia escolar), e se apropriam dos conceitos da economia e administração (Sammons, 1999) sendo estes trabalhos incorporados nas práticas administrativas de alguns governos. Na segunda, os autores (Lee, 2000) preferem descrevê-las como *school effects research* (pesquisas de efeito escola) com uma abordagem mais próxima da Sociologia da Educação e da Pedagogia, na qual são, central para o raciocínio, as complexidades do dia a dia da escola e das interações de seus atores.

Na verdade, faz-se necessário a constante aproximação destas concepções para se entender o que é qualidade de ensino e como alcançá-la, pois se de um lado a escola necessita de insumos indispensáveis ao seu bom

funcionamento, de outro precisa de profissionais valorizados, motivados e engajados.

### **1.5. Indicadores de qualidade**

Definidos a função da escola e o que se espera para que tenha qualidade, chega-se ao ponto de reconhecer quais os indicadores de qualidade do ensino.

Para identificar estes indicadores foram desenvolvidos, a partir de 1960, estudos sobre o efeito-escola/eficácia escolar, que procuram compreender uma série de fatores internos, presentes na escola que podem ser associados a melhores desempenhos dos alunos (Franco et al, 2002).

Porém, para entender o que é efeito-escola e chegar às estruturas organizacionais da mesma, faço um breve retrospecto sobre as pesquisas que adotam este conceito, pois ao longo do tempo sua abordagem foi sofrendo mudanças. Bressoux (2003) faz um levantamento das pesquisas sobre o tema elegendo idéias centrais.

Os estudos sobre efeito-escola, segundo o autor, se iniciaram nos anos 1960, marcados pelo contexto político da época de busca da igualdade de oportunidades e pela luta contra segregação racial. São estudos quantitativos de grande escala que objetivavam fornecer subsídios para condições escolares mais justas para todos e orientar a aplicação dos recursos.

Estes primeiros trabalhos que tentaram abordar o efeito-escola são classificados como do tipo input-output, pois os pesquisadores só controlavam as entradas (*input*) e as saídas (*output*) das escolas. Segundo Bressoux, a escola era uma “caixa preta” que não tinha sua estrutura interna investigada. Assim as pesquisas se caracterizavam em analisar como as variações nos *inputs*: meio onde vivem os alunos, classe social de origem e recursos da escola, poderiam provocar variações nos *output*, isto é, maiores aquisições cognitivas dos alunos, na maioria das vezes medidas pelos testes de inteligência. Tais pesquisas, iniciada nos Estados Unidos, Inglaterra e França mostraram que os fatores extraescolares, relacionados às diferenças socioeconômicas e culturais entre alunos, eram os responsáveis pelas diferenças de seu desempenho e, que pouco adiantaria melhorar a distribuição dos investimentos em educação. Concluindo que os estabelecimentos de ensino pouco contribuíam sobre

desempenho acadêmico dos alunos e que, portanto, “as escolas não faziam nenhuma diferença” (Coleman, 1966).

Porém, pesquisadores contrários a estas idéias destacaram algumas limitações destes trabalhos. Primeiramente, criticaram que tais estudos se contentavam em analisar apenas os resultados das escolas, sem levar em consideração as especificidades de cada escola. Segundo, porque as medidas de aquisição utilizadas, os testes de inteligência, os impediam de raciocinar sobre o progresso dos alunos, e ainda centravam os estudos nos recursos (insumos) das escolas, sem observar outras características escolares que pudessem estar ligadas mais eficazmente ao sucesso escolar. Assim, os primeiros estudos sobre efeito-escola obtiveram conclusões a partir de dados poucos objetivos e limitados.

Em resposta a estes estudos surgiu, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, outra forma de análise do efeito-escola, baseada nos processos de ensino, buscando provar que as escolas realmente faziam à diferença. Estes novos estudos iriam procurar novos fatores presentes na escola que poderiam influenciar mais fortemente o sucesso dos alunos. É o que Bressoux chama de “abrir a caixa preta” da escola, a fim de examinar os seus processos que podem gerar diferenças de eficácia de uma escola para outra. Rutter (1979), Brookover (1979) e Mortimore et al (1988) destacaram-se por buscar novas formas metodológicas para se investigar a capacidade da escola influenciar a aprendizagem e o progresso dos alunos.

Alguns destes estudos analisaram escolas situadas em bairros desfavorecidos, através de questionários, entrevistas e observações da vida interna da escola, destacando o seu funcionamento, sua organização, o papel efetivo do diretor, distribuição dos alunos por sala de aula, o enquadramento dos alunos, entre outros. A maioria foi feita de forma comparativa, entre escolas eficazes e outras menos eficazes, mas nas quais os alunos apresentassem níveis socioeconômicos semelhantes. Tais pesquisas, após a divulgação dos seus resultados, influenciaram na elaboração de programas que visavam melhorar a eficácia das escolas. São diversos trabalhos (Edmonds, 1979; Mortimore et al, 1988; Rutter et al, 1979; Brookover et al, 1979)<sup>8</sup> que elegeram fatores intraescolares associados aos melhores desempenhos dos alunos, independente do contexto social, tais como: um clima de disciplina, controle

---

<sup>8</sup> In: BROOKE, N. & SOARES, J.F. Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetória. Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.

freqüente dos progressos dos alunos, maximização do tempo efetivo de aprendizagem, utilização de *feedback* apropriados, maximização do tempo de comunicação entre professor e os alunos.

Nos anos de 1990, ocorre o aumento das pesquisas sobre o tema e o aprimoramento metodológico para coleta e análise dos dados, ampliando a busca pelos fatores internos ligados a eficácia escolar. Consultando algumas revisões de literatura sobre as pesquisas de eficácia escolar dos últimos anos (Reynolds & Teddlie, 2000; Sammons, 1999) são identificados alguns processos que se sobrepõem como, a importância de uma liderança eficaz, do desenvolvimento e manutenção de um enfoque intenso no aprendizado, criação de uma cultura escolar positiva, criação de expectativas altas para todos, ênfase nas responsabilidades e direito dos estudantes, monitoramento do progresso em todos os níveis, capacitação de pessoal na própria escola e envolvimento dos pais de maneiras produtivas e apropriadas

Na verdade, a lista dos fatores intraescolares que podem influenciar no sucesso da escola é muito mais longa e nem sempre comum. Reynolds e Teddlie (2000) alertam para o cuidado que se deve ter ao se fazer uma simples listagem dos fatores, como se fossem “receitas” mágicas de sucesso, pois, com isso se acaba perdendo as relações entre os fatores e a importância relativa de cada um, correndo o risco de tornar o estudo meramente prescritivo. Como afirma Mortimore:

*“estes fatores não devem ser considerados independentemente um do outro, e chamamos a atenção para varias associações entre eles que podem ajudar a fornecer melhor entendimento de prováveis mecanismos de eficácia.”(1995)*

Por isso, algumas pesquisas (Rutter et all, 1979), mostram que cada escola é fruto do efeito cumulativo de todos os seus fatores internos e externos, que contribuem para formação do *ethos*<sup>9</sup> ou clima escolar. Para tanto, é preciso que:

*a escola seja vista como uma organização social que, tem um funcionamento específico, desenvolve um sistema particular de relações entre os atores, define seu próprio conjunto de regras, normas, avaliações e expectativas em relação aos alunos.” (Bressoux, 2003).*

---

<sup>9</sup> conjunto de valores, crenças, ideologias, normas, condutas, rotinas, hábitos, símbolos, etc (Barroso, 2005)

Porém, uma das grandes dificuldades das pesquisas de efeito-escola, está na questão da causalidade, principalmente por conta das diferentes concepções e indicadores de qualidade. Mesmo nos estudos quantitativos, que se utilizam de métodos de correlação, fica difícil distinguir causa de efeito. Entretanto, através de estudos longitudinais (Mortimore, 1988) que acompanham o progresso do mesmo grupo de alunos por vários anos consecutivos, vêm se conseguindo identificar a influência da escola sobre o desempenho do aluno, além do seu *backgraoud*<sup>10</sup> e contribuído para evidenciar que há uma forte relação entre o processo escolar e a aprendizagem. Além disso, a ausência de uma teoria própria para se explicar a causalidade, tem sugerido o uso das teorias da sociologia das organizações como um dos caminhos para se analisar o efeito-escola.

No Brasil, a partir de 1990 com as experiências do sistema de avaliação externa da educação no país, também, há evidências da contribuição da escola sobre o aprendizado do aluno. Segundo os pesquisadores da área, apesar da fragilidade dos dados disponíveis, no qual o Saeb não é especialmente desenhado para investigar a eficácia escolar, pois não existe mensuração do conhecimento prévio do aluno, é possível tirar algumas conclusões.

Semelhantemente às pesquisas do exterior, no Brasil, se tem encontrado evidências de dois conjuntos de variáveis que mais influenciam o aprendizado dos alunos. São os fatores extraescolares, derivados das condições sócio-econômicas e cultural dos alunos a partir do contexto familiar de origem; e os fatores intraescolares, resultante das condições da oferta educacional. (Inep/MEC, 2007).

Franco & Alves (2008), ao fazerem uma revisão da literatura brasileira, organizam os fatores intraescolares, associados à eficácia escolar, em cinco categorias: recursos escolares; organização e gestão da escola; clima acadêmico; formação e salário docente; ênfase pedagógica.

Nesta pesquisa, que tem como foco analisar os fatores intraescolares para entender as mudanças no desempenho dos alunos nos últimos anos (segundo o Ideb de 2005 e 2007), o grande desafio foi selecionar, dentre tantas listas e concepções, quais os fatores seriam observados. No entanto, a própria entrada no campo facilitou essas escolhas ao evidenciar alguns fatores no cotidiano da escola.

---

<sup>10</sup> conjunto de fatores externos que caracterizam a origem e conhecimento não escolar do aluno, como idade, sexo, etnia e classe social

Assim, optei pelos aspectos organizacionais para serem investigados de forma qualitativa em uma escola selecionada pela variação positiva dos dados estatísticos em relação ao desempenho dos alunos. Dentre tais aspectos, analiso neste trabalho: a gestão escolar, estrutura física e material da escola, o seu projeto político-pedagógico e o seu clima escolar buscando identificar como tais fatores influenciam no desempenho dos alunos.

Até aqui procurei deixar evidente que a escola consolida-se como um objeto científico de estudo, que ao mesmo tempo reproduz a cultura do meio onde se insere e produz uma cultura própria de valores, crenças e rituais. Enfatizei o papel da escola como um dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento cognitivo, mas sem esquecer o seu papel como instituição socializadora e formadora de cidadãos.

Tomando a escola como uma organização social, justifico a abertura de um leque de possibilidades para os estudos das estruturas organizacionais da escola em busca de melhor qualidade de ensino ou da chamada, eficácia escolar. Busco a integração entre as pesquisas quantitativas, a partir de dados estatísticos, com as pesquisas de natureza qualitativas, analisando o cotidiano escolar a fim de verificar quais os fatores escolares mais interferem na sua eficácia do ensino. O objetivo é identificar o *“ponto de vista do nativo”*, supondo que é possível encontrar as respostas para uma situação local através das percepções do “outro”.

Como apontam os estudos de eficácia escolar, as escolas de boa qualidade são construídas em realidades e condições bastante diferentes. Isto justifica o estudo do cotidiano escolar sem a preocupação direta de se estabelecer padrões, mas de mergulhar em uma realidade e entendê-la, utilizando-se das perspectivas dos seus atores.

Mesmo adotando alguns estudos quantitativos, sobre eficácia escolar, para análise dos dados, não quero que estes sirvam como um modelo ideal, pois as próprias situações observadas no cotidiano escolar apontaram suas imperfeições e limites. O objetivo é de aproximação dos dados, conferindo positividade à realidade encontrada e estabelecendo comparações com a teoria sobre o assunto.